

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO NA GESTÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

Moraes e Silva, Livia; Sales, Fabiana de Lima

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Diretoria de Preservação Cultural -
31843061/31843104 – pepfundarpe@gmail.com

RESUMO

O presente artigo, de corte qualitativo, visa caracterizar a prática da educação patrimonial como um processo que pode fortalecer e consolidar a preservação e conservação de bens patrimoniais, configurando dessa forma um instrumento de gestão do patrimônio. Defende-se, neste trabalho, que as ações de restauração e conservação dos bens patrimoniais precisam encontrar suporte na comunidade que lhe serve de alicerce a fim de que tais ações tenham resultados mais eficazes. Este trabalho oferece uma revisão bibliográfica que explicita os conceitos e propósitos da educação patrimonial, assim como a importância da apropriação por parte da comunidade receptora dos seus bens patrimoniais de modo que as ações de restauro e conservação sejam mais significativas para aquela através da inclusão destes processos em atividades educativas. Toma-se como referência a experiência realizada em 2008 pela equipe do Programa de Especialização em Patrimônio, da Diretoria de Preservação Cultural da FUNDARPE (órgão executor da política cultural do Estado, responsável pelas ações de preservação e conservação do patrimônio). Através do Programa Monumenta (UNESCO), foi desenvolvido o Projeto "Educação Patrimonial para os municípios de Goiana e Igarassu, em Pernambuco". O Programa Monumenta atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), promovendo obras de restauração e recuperação de bens tombados, aliadas a ações de educação patrimonial. O projeto desenvolvido pela FUNDARPE, dividido em várias etapas, englobou a realização de diagnóstico dos problemas encontrados relativos aos bens patrimoniais nos municípios; mapeamento dos patrimônios e seus estados de conservação; realização de um Encontro de Educação Patrimonial composto de oficinas e palestras e criação de uma publicação direcionada para a educação patrimonial em cada município. Dentre os principais resultados atingidos com a execução do projeto, ressaltam-se a importância de ações no campo da educação patrimonial não apenas como forma de aproximação da comunidade dos seus bens patrimoniais, como também uma estratégia para tornar mais efetiva as ações de restauro e conservação realizadas pelas instituições oficiais de preservação do patrimônio.

A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO:

No Brasil, a preocupação em proteger oficialmente o patrimônio cultural se inicia em meados da década de 1930 do século XX. Foi um momento conturbado para a política, com a chegada ao poder de Getúlio Vargas através de um golpe de Estado que levou à centralização do poder. A revolução de 1930 trouxe várias consequências para o país, como a aceleração da industrialização e o crescimento da classe operária, a urbanização e a participação da burguesia na vida política do país.

Neste contexto de mudanças econômicas, sociais e políticas é que surge o órgão executor da política de preservação do patrimônio brasileiro – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹ – produto de um movimento de intelectuais e artistas ligados ao movimento modernista dos inícios da década de 1920. O relator do Anteprojeto de Lei que instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi um dos principais expoentes desse movimento artístico e literário. As ideias de Mário de Andrade eram bastante avançadas para a época, uma vez que estavam comprometidas com a pluralidade da cultura brasileira. Todavia, a ideologia que acabou por nortear os primeiros anos de ação do Iphan tomou um rumo diferente daquele que sugeria o pensamento de Mário de Andrade.

A prática da preservação patrimonial se mostrou tarefa de intelectuais ligados ao Estado e que pertenciam, grosso modo, a uma nova elite urbana, imbuída de uma ideologia nacionalista e modernizadora (GONÇALVES: 2002) que buscava discutir a identidade cultural do país.

No Iphan, os bens que estavam sendo eleitos para integrar o patrimônio nacional estavam, portanto, ligados à cultura da elite política e econômica do país, grupo que promovia a seleção dos imóveis a serem tombados obedecendo a critérios muito restritos de valor artístico²; critérios esses discutidos por arquitetos, os quais predominavam na composição do quadro técnico das instituições de preservação. No texto do Decreto que instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pode-se constatar essa ideologia:

“Constitui o Patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”³.

Constata-se, portanto, que o Patrimônio brasileiro estava sendo representado exclusivamente por bens materiais e a ideologia que predominava dentre os integrantes do Iphan estava em consonância com uma idéia tradicional de história que privilegiava os grandes acontecimentos e os grandes personagens.

Dessa forma, os monumentos ligados à história das elites – como igrejas de estilo barroco, fortificações, palácios e engenhos – constavam em maior parte na lista do patrimônio brasileiro que deveria supostamente representar a identidade nacional. Devido a esse tipo de atuação, as políticas de preservação do Iphan foram consideradas elitistas e até mesmo instrumentos de legitimação do poder estatal por privilegiarem apenas os bens identificados com os grupos que detinham influência econômica e política no país (LONDRES: 2005). A maior parte da sociedade e cultura que a representava estava fora desse processo.

¹ Em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi fundado como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em 1946, o SPHAN tem seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, somente em 1970, o departamento é alterado para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

² O estilo arquitetônico eleito para representar a originalidade brasileira foi o barroco colonial, tornando-se o “signo da expressão estética da identidade nacional brasileira” (GONÇALVES: 2002).

³ Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Década de 1980: adoção de um novo entendimento acerca do patrimônio cultural brasileiro

Uma questão importante que se coloca quando se discute a gestão dos bens patrimoniais é a participação da sociedade no reconhecimento do seu patrimônio. Conforme foi relatado, a tarefa da eleição do patrimônio cultural era prática circunscrita a um grupo minoritário cujos valores e expressões culturais não poderiam representar a identidade da nação brasileira.

A partir da década de 1980, uma nova forma de entender o patrimônio traz importantes conseqüências para a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, fato que culmina com uma revisão na definição oficial de patrimônio cultural brasileiro, de acordo com o art. 216 da Constituição Federal de 1988:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”⁴.

No texto da Carta Magna, constata-se que o patrimônio não é mais representado apenas em sua dimensão material. A cultura imaterial ou intangível, representada por manifestações, expressões e conhecimentos da cultura nacional – e principalmente popular – passa a ter reconhecimento oficial, sendo promovida a categoria de patrimônio e, portanto, ficando sujeita à política de preservação patrimonial.

Esse processo, essencialmente mais democrático, abre espaço para que se discuta sobre as diversidades culturais e sociais latentes na população brasileira, assim como acarreta um maior sentimento de pertencimento e importância entre os grupos étnicos e sociais anteriormente excluídos quanto ao reconhecimento da sua produção cultural por parte dos organismos oficiais de preservação.

Com o alargamento da noção de patrimônio, as discussões – nos órgãos oficiais de preservação – relativas ao patrimônio foram forçadas a reconhecer o abismo que, até então, separava a sociedade e as políticas restritivas de proteção do patrimônio vigentes na época. Por não se sentir parte desse processo, a sociedade não pôde assumir o papel de parceira na proteção do patrimônio, tal como se idealizou por parte das instituições de preservação.

Para um país como o Brasil, de dimensões continentais, com imensa diversidade étnica e cultural, representar toda nação através do processo de proteção e preservação do patrimônio implicaria no reconhecimento do valor da cultura popular – pouco compreendida em sua complexidade – e dos bens que a representam. Nos últimos anos, tornou-se evidente que um dos requisitos para que qualquer bem seja considerado como patrimônio cultural é a sua capacidade de ser reconhecido pela comunidade ou grupo a que se refere como significativo da sua herança cultural (FONSECA, 2008).

⁴ Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 216.

Se a população é a criadora e a detentora do seu patrimônio, assim como sua melhor guardiã, como denunciou Aloísio Magalhães⁵ – um dos principais diretores do IPHAN – nada mais evidente que seja ela, a comunidade, o grupo que deve atribuir os valores aos bens representativos da sua cultura. O antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2005) ilustrou bem a questão ao discutir o conceito de ressonância, defendendo (ao citar Stephen Greenblatt) que o patrimônio precisa ter o poder de ressonância junto à comunidade. Ou seja, *o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele [o patrimônio] emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante* (GONÇALVES: 2005).

Assim, diante de um novo paradigma relativo à constituição do patrimônio cultural brasileiro, a sociedade deixa de ter um papel passivo na prática da preservação patrimonial para se tornar um elemento central na valorização do patrimônio. Esse, por sua vez, deixa de representar apenas uma pequena parcela da sociedade – as elites – e passa a identificar também a cultura das majorias étnicas e sociais. A diferença e a diversidade tornam-se, portanto, realidades inescapáveis à questão do patrimônio cultural (ARANTES, 2006).

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMO RECURSO DIDÁTICO

No Brasil, a discussão acerca da educação patrimonial data da década de 80, ainda que o Guia Básico de Educação Patrimonial (publicação considerada até hoje uma referência para a prática da educação patrimonial no país) só viesse a ser lançado pelo Iphan, em 1999. De maneira geral, as ações nesse campo partem da seguinte interrogação: de que forma a comunidade pode desenvolver laços de identidade e afetividade para com o seu patrimônio cultural? A resposta a esta pergunta é a mola propulsora e a sua investigação uma das principais finalidades do processo de educação patrimonial.

Ao mencionar o patrimônio cultural brasileiro Horta *et al* (1999, p.7) acrescenta aos objetos históricos e artísticos, monumentos e centros históricos, aquilo que ela denomina “patrimônio vivo” da sociedade brasileira: “artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares”.

O Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) veio ao encontro da necessidade de um texto que servisse de orientação para a prática da Educação Patrimonial, além de atender a demanda por textos que pudessem servir como referencial teórico sobre este campo, quando suas práticas começaram a se generalizar pelo país.

Segundo Horta *et al* (1999), os trabalhos desenvolvidos no Museu Imperial, sob o conceito da Educação Patrimonial, têm como fonte originária o trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob o termo *heritage education*, que apontaria uma técnica de ensinar e aprender história e cultura, utilizando informação disponível na cultura material e no meio ambiente humano e construído, como fonte de instrução primária. A mesma autora dá o conceito de Educação Patrimonial:

⁵ Aloísio Magalhães foi diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir de 1979. Faleceu no dia 13 de junho de 1982.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA *et al*, 1999, p. 6).

Vale ressaltar alguns elementos presentes na definição de Horta, uma vez que a mesma vem sendo adotada na maior parte dos trabalhos neste campo:

1. Sendo um processo permanente e sistemático, o trabalho de Educação Patrimonial requer planejamento e não pode ser tomado como uma ação isolada, fragmentada;
2. O patrimônio cultural desempenha uma função primordial no processo de educação patrimonial, sendo por meio do mesmo que o conhecimento é construído;
3. O trabalho de Educação Patrimonial visa atingir crianças e adultos; logo, não elege um público específico e permite a todas as faixas etárias a participação no processo de forma ativa, participativa, ao invés de uma observação passiva.

No processo de Educação Patrimonial, o patrimônio cultural é tido como um recurso educacional, que ao invés de estar em conflito com as outras disciplinas curriculares, lhes complementa, agregando conhecimento às disciplinas tradicionais, enquanto extrapolaria o conteúdo uniformizante do livro didático, conforme as possibilidades de problematização do objeto cultural. Horta *et al* (1999, p. 6) afirma ainda que a Educação Patrimonial seria um instrumento de alfabetização cultural, à medida que possibilitaria que o sujeito envolvido faça uma leitura diferenciada do meio em que vive, da sua realidade sociocultural e histórica, entendendo melhor sua trajetória como membro de uma comunidade passada e presente (FREIRE, 1987). Esse processo teria reflexos na auto-estima do indivíduo e da comunidade que, por sua vez, atribuiria um outro significado ao seu patrimônio cultural.

Ao estender a conceituação de Educação Patrimonial, Horta *et al* (1999) utiliza ainda as palavras 'diálogo', 'comunicação' e 'interação' para ressaltar que a permanente troca de conhecimentos por parte da comunidade e dos agentes responsáveis pela salvaguarda do patrimônio e estudo dos bens culturais leva a uma proteção mais efetiva dos mesmos, de forma que o conhecimento vai sendo construído dentro de uma perspectiva dialógica, a partir da realidade local.

Horta (2000) salienta a relação existente entre o nível de afetividade presente nas experiências vivenciadas pelos indivíduos e sua interferência no processo cognitivo dos mesmos: “A maneira como vivenciamos uma experiência em seus aspectos emocionais, afetivos, vai determinar a intensidade ou a dificuldade do registro dos dados experimentados em nossa memória e, muitas vezes, vai dificultar sua recuperação no ato de memorização ou sua relação e conexão com outros dados” (HORTA, 2000, p. 28). A autora chama a atenção para a complexidade que envolve o trabalho com o patrimônio cultural, necessariamente presente no desenvolvimento da Educação Patrimonial:

“Trabalhar educacionalmente com o patrimônio cultural não pode ser apenas uma tarefa de passagem de informações e discurso pré-fabricados ... mas levar o aluno ou o aprendiz, no processo de conhecimento, a identificar os ‘signos’ e os significados atribuídos às coisas por uma determinada cultura, a mergulhar no universo de sentidos e correlações que elas oferecem à descoberta, a procurar entender a ‘linguagem cultural’ específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, a envolver-se afetivamente com elas, através de vivências e experimentações, de modo a ser capaz de apropriar-se desses ‘signos’ e ‘textos’ culturais, incorporando-os ao sistema de sua ‘enciclopédia’ mental” (HORTA, 2000, p. 30).

Portanto, para aquele que atua no processo de educação patrimonial, entende-se ser necessário mais do que compromisso com o cumprimento de uma tarefa. Trabalhar o patrimônio cultural dentro da concepção elaborada por Horta requer a ultrapassagem das barreiras formais de ensino, a incorporação da exploração, reflexão e análise do objeto cultural de forma que o resultado final conduza a algo bem mais complexo que a simples memorização de conteúdo: a relação afetiva entre o ser humano e o objeto cultural.

O Guia Básico de Educação Patrimonial destaca que o processo de educação patrimonial seja uma proposta metodológica de utilização do patrimônio, constituída de quatro etapas de problematização, as quais levariam ao processo de internalização destes bens pelo educando: observação, registro, exploração e apropriação (HORTA et AL, 1999). Todavia, nos debates surgidos acerca da prática da educação patrimonial em vários encontros ao longo do país, já se admite que o conceito, ainda fortemente atrelado à metodologia proposta no Guia Básico do Iphan, já extrapola o intuito de apresentar uma metodologia de trabalho, configurando-se em um conjunto de ações que tem como fim último a preservação e conservação dos bens patrimoniais (CAMPOS, 2005).

Daí, o reconhecimento da importância que o processo de educação patrimonial tem para legitimar as intervenções feitas pelos órgãos públicos de preservação do patrimônio junto à comunidade, conforme uma das conclusões da Reunião Técnica de Educação Patrimonial, realizada na cidade de Pirenópolis, em 2004 (CAMPOS, 2005, p. 167): “[...] e tendo como pressuposto que o patrimônio cultural só adquire significado pleno quando o seu uso social é assegurado, indicamos que a Educação Patrimonial se constitua em ação estratégica no planejamento das ações de preservação do patrimônio”.

O processo de Educação Patrimonial reforça a idéia de que é preciso difundir o acesso ao (re)conhecimento da comunidade àqueles bens e manifestações que constituem a cultura local, com suas características únicas e peculiares, assim como à conscientização sobre a importância de manter e preservar aquilo que remonta ao passado histórico do grupo, como sítios e monumentos, obras de arte, objetos, documentos e fazeres relacionados à memória social coletiva. Dessa forma, eleva-se não só o sentimento de identidade individual e de grupo como também o de cidadania.

O PROGRAMA MONUMENTA: UMA INICIATIVA DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM PATRIMÔNIOS MATERIAIS.

O governo brasileiro através, principalmente, do Iphan e do Ministério da Cultura, possui diversos programas voltados para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Um deles é uma ação do Ministério da Cultura, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que visa preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano e estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o seu acervo.

O Monumenta atua em cidades protegidas pelo Iphan, buscando integrar ações de recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Sua proposta é agir de forma integrada nestas cidades, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas protegidas.

O Programa visa, ainda, a promoção de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos, no intuito de garantir condições de sustentabilidade ao patrimônio e à comunidade, através da utilização e preservação de seus bens patrimoniais.

O estímulo às ações de sustentabilidade relativas aos bens que recebem intervenções do Programa busca facilitar a manutenção das características originais de tais bens, sem que sejam necessários novos investimentos públicos nesta área. Para tanto, o Monumenta trabalha com a estratégia de estabelecimento de novos usos para os imóveis e monumentos recuperados.

O Programa entende a sua finalidade à medida que os sítios históricos brasileiros forem capazes de manter suas características preservadas, sem a necessidade de novos aportes federais para sua conservação, e reconhece que este resultado está atrelado ao momento em que a população estiver consciente sobre a importância de se preservar o patrimônio existente, atuando como guardiã efetiva deste patrimônio.

O Programa Monumenta estrutura-se sobre cinco componentes, constando, dentre eles, *Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico*. Esse componente visa a um maior envolvimento e participação das comunidades no que tange à compreensão da importância em resgatar, proteger e valorizar o patrimônio cultural, de forma que possibilite mudança de comportamento e estímulo ao exercício da cidadania. Portanto, esse componente do Programa financia ações e publicações relacionadas à educação patrimonial, além de várias outras ações de cunho educativo.

Através das ações de educação patrimonial, o Programa Monumenta espera despertar a consciência do maior número de pessoas para que elas possam reconhecer a importância do patrimônio existente, aprendam a respeitá-lo e ajudem a conservá-lo, de modo a oferecerem um suporte mais efetivo às obras de recuperação arquitetônica dos bens patrimoniais. Entre as iniciativas previstas no Programa estão campanhas educativas; produção de vídeos institucionais; publicação de guias e cartilhas; a realização de oficinas e cursos sobre o

Patrimônio, e exposições que reúnam imagens e textos sobre os monumentos e as obras de preservação realizadas.

Educação Patrimonial para os municípios de Goiana e Igarassu, em Pernambuco:



Figura 1: Igreja dos Santos Cosme e Damião, datada do século XVI, em Igarassu

Igarassu é uma das mais antigas cidades do Nordeste brasileiro, detentora de um importante acervo arquitetônico da época colonial, com edifícios que remontam ao século XVI. Hoje possui o seu sítio histórico protegido mediante tombamento nacional.

As edificações protegidas pela legislação são: a Matriz de São Cosme e São Damião, uma das igrejas mais antigas existentes no Brasil (1535); o Recolhimento e Igreja do Sagrado Coração de Jesus (séc. XVIII); o Cruzeiro, o Adro, a Igreja e o Convento Franciscanos de Santo Antônio (séc. XVI); a Capela do Livramento (séc. XVIII); a Igreja de São Sebastião (séc. XVIII).

Além disso, também está salvaguardado, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu que reúne, além dos monumentos citados, a Colina Histórica, diversas edificações centenárias, ruas e praças de traçado característico do período colonial, as ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, o Sobrado do Imperador, trecho de mata atlântica e do rio São Domingos e grande área de manguezal⁶.

⁶ Inventário no Sítio Histórico de Igarassu. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 10/07/2009



Figura 2: Igreja de N. S. do Carmo e Convento de Santo Alberto dos Carmelitas.

O Centro Histórico de Goiana também possui inúmeros exemplares de arquitetura civil e religiosa de extremo valor, com destaque para os seguintes bens tombados pelo Iphan: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos; Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos; Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Convento de Santo Alberto dos Carmelitas; Igreja de São Lourenço de Tejucupapo; Convento da Soledade; Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Igreja da Misericórdia.

O projeto de Educação Patrimonial para os municípios de Goiana e Igarassu, em Pernambuco, foi elaborado e executado pela equipe interdisciplinar do Programa de Especialização em Patrimônio, da Diretoria de Preservação Cultural da Fundarpe, no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009, atendendo as exigências estabelecidas em edital publicado pelo Programa Monumenta.

As atividades do Projeto de Educação Patrimonial em discussão foram desenvolvidas conforme o plano de trabalho descrito em Termo de Referência específico. Dentre as várias etapas e atividades realizadas dentro do projeto, pontuam-se, a seguir, aquelas consideradas mais relevantes para fins de exposição em observação à temática e propósito do presente artigo, assim como são também os momentos em que se promoveu uma maior aproximação entre a comunidade e o seu patrimônio.

- Mapeamento dos patrimônios existentes nos municípios e seus estados de conservação:

No intuito de realizar o mapeamento dos patrimônios existentes e seus estados de conservação, procedeu-se, inicialmente, a uma pesquisa dos bens materiais e imateriais presentes nos centros históricos dos municípios de Igarassu e Goiana a partir do Inventário da Oferta Turística da Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), com o objetivo de dar embasamento à elaboração das fichas de levantamento e estado de conservação do patrimônio arquitetônico dos municípios envolvidos nos projeto.

Nesta fase, durante os trabalhos de campo, foi realizado levantamento fotográfico dos patrimônios tangíveis e intangíveis dos municípios em seu estado atual. Foram realizadas várias visitas aos dois municípios para avaliação dos estados de conservação dos seguintes imóveis:

Análise in loco - Goiana

1. Convento Santo Alberto
2. Cruzeiro do Carmo
3. Casario da Rua do Rio
4. Igreja N. Sra. do Rosário dos Homens Brancos (Matriz)
5. Igreja N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos
6. Igreja N. Sra. do Amparo dos Homens Pardos
7. Convento e Igreja de N. Sra. da Soledade
8. Igreja de Santa Tereza
9. Igreja de N. Sra. da Conceição
10. Igreja de N. Sra. dos Milagres (Santa Casa da Misericórdia)
11. Praça da Bandeira
12. Praça do Artesão
13. Praça João Pessoa
14. Sociedade 12 de Outubro (A Saboeira)
15. Cine teatro Polyteama

Análise in loco – Igarassu

1. Biblioteca Pública Municipal Bezerra de Melo
2. Capela de São Sebastião
3. Casa de Câmara e Cadeia
4. Casario da Marechal Hermes
5. Convento de Santo Antônio
6. Cruzeiro
7. Igreja e Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus
8. Igreja dos Santos Cosme e Damião
9. Igreja N. Sra. do Livramento
10. Marco de Pedra – Largo da Casa de Câmara e Cadeia
11. Edifício do Museu Histórico de Igarassu
12. Ponte de Santo Antônio e São José
13. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.(Ruína)
14. Ruína da Misericórdia
15. Sobrado do Imperador

Foram selecionados os bens tangíveis próximos ou inseridos na paisagem do centro histórico das duas cidades, conforme mostram as figuras 3 e 4.



Figuras 3 e 4: Localização dos imóveis analisados em Goiana (esquerda) e Igarassu (direita).

Os resultados desses levantamentos foram apresentados para a população durante o Encontro de Educação Patrimonial em cada um dos municípios por meio das palestras intituladas “O patrimônio arquitetônico de Igarassu e seu estado de conservação” e “O patrimônio arquitetônico de Goiana e seu estado de conservação”.

- Encontro de Educação Patrimonial de Igarassu e Goiana:

A metodologia definida com a equipe para devolução dos dados às comunidades locais foi influenciada pelas diversas visitas aos municípios que, dentre outros objetivos, visavam reconhecer potenciais para a prática educativa a partir das variáveis dos recursos humanos e patrimoniais da cidade. Durante os trabalhos de campo, buscou-se formar laços com a comunidade local e agentes culturais para estabelecer técnicas mais adequadas para o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial.

Foi definido pela equipe central do projeto, com o respaldo das Secretarias de Cultura e Turismo de Goiana e Igarassu, que a devolução dos dados coletados nos municípios seria realizada através de um evento – Encontro de Educação Patrimonial – que constaria de palestras, oficinas de educação patrimonial e o lançamento de publicações, sendo realizado, portanto, um evento com essa finalidade em cada município.

Em função do curto prazo do projeto e da realidade dos municípios, principalmente quanto aos seus calendários de eventos e da rede de ensino, mostrou-se inviável a execução de uma primeira ação para devolver os dados e depois fazer novas intervenções nos municípios para aplicar métodos de educação patrimonial. Dessa forma, um Encontro de Educação Patrimonial foi o formato encontrado para alcançar os objetivos preconizados e cumprir com as atividades previstas no plano de trabalho.



Figura 5: Seminário no Encontro de Educação Patrimonial em Goiana



Figura 6: Seminário no Encontro de Educação Patrimonial em Goiana

Durante os Encontros foram realizadas quatro oficinas de educação patrimonial com enfoques diferenciados, visando mostrar para a comunidade as diversas formas em que ela poderia atuar para colaborar com a preservação de seu patrimônio cultural. Nesse sentido, delinearam-se as seguintes atividades:

- Oficina “Educação Patrimonial dentro e fora da sala de aula”: direcionada aos professores para sensibilizar e estimular o desenvolvimento da educação patrimonial de forma transversal e interdisciplinar nas escolas da rede pública de ensino estadual e municipal. A oficina “Educação Patrimonial dentro e fora da sala de aula” trabalhou questões em torno do patrimônio cultural de forma a ressaltar as experiências dos participantes. Os moradores dos municípios de Goiana e Igarassu são possuidores de uma rica identidade cultural, de modo que não foi necessário apresentar-lhes elemento da sua própria cultura, mas, oferecer-lhes conceitos, idéias e novos paradigmas que

pu­dessem ajudá-los a refletir sobre a temática. Dessa forma, o objetivo das oficinas foi desenvolver junto com os participantes novas reflexões e críticas, abalando preconceitos existentes acerca do patrimônio cultural. A partir das experiências do cotidiano dos participantes e das reflexões incitadas durante as oficinas, espera-se, como resultado, que os professores de Goiana e Igarassu estejam aptos a desenvolver um novo olhar sobre o patrimônio que os cercam e, principalmente, levar essas novas idéias para as suas salas de aula e para toda a comunidade.



Figuras 7 e 8: Oficina Educação Patrimonial dentro e fora da sala de aula

- Oficina de “Gestão Cultural: estratégias de preservação”: uma oficina com enfoque na produção cultural como estratégia de preservação, no intuito de mostrar as possibilidades de elaboração de projetos culturais e captação de recursos, estimulando o protagonismo na comunidade e, conseqüentemente, maior independência de recursos da municipalidade. Foi direcionada aos agentes culturais e moradores do centro histórico.
- Oficina “Fotografia: olhares sobre o patrimônio cultural”: delineou-se uma oficina utilizando a fotografia como recurso didático para explorar e estimular o olhar sobre/para o patrimônio cultural. Vale ressaltar que não se tratou de uma oficina de fotografia. As atividades foram direcionadas aos adolescentes, público ainda pouco atingido por ações de educação patrimonial, mas também pôde atender outros interessados no tema. Para esta atividade, foi solicitado aos participantes que portassem suas próprias câmeras fotográficas ou celular com câmera e cabos para passarem as imagens captadas durante a oficina para um computador e trabalharem as mesmas em sala de aula.
- Oficina “Teatro e Educação Patrimonial: diálogos sobre a cultura”: Por fim, definiu-se mais uma oficina, agora abordando a relação do teatro com a educação patrimonial. Essa proposta foi fruto de discussões com a equipe, quando se decidiu que seria mais válido construir com a comunidade local pequenas encenações e realizá-las durante um evento (o qual já teria um público considerável), em vez de chegar com esquetes previamente montados e simplesmente exibi-los para a comunidade. Dessa forma, a

oficina foi direcionada a integrantes de grupos de teatro locais e demais interessados em artes cênicas, já que haveria um tempo curto para montagem teatral.



Figura 9 e 10: Cartazes dos Encontros de Educação Patrimonial de Igarassu e de Goiana.

- Produto final do Projeto de Educação Patrimonial: publicações para os municípios de Goiana e Igarassu.

Goiana e Igarassu – Refletindo sobre o patrimônio cultural é uma publicação que tem como objetivo abordar os conceitos pertinentes ao patrimônio cultural como temática cada vez mais freqüente nas linguagens e práticas que acompanham as atividades educativas e de mobilização junto aos moradores destes municípios, no conhecido território da Educação Patrimonial.

O título da publicação traz alguns caminhos para o seu entendimento. *Refletir* é uma dessas tarefas pouco prezadas na contemporaneidade – mais acomodada ao *boom* da informação rápida e efêmera. As ideias de pensar demoradamente, exprimir, repercutir e incidir são precisas para o entendimento do patrimônio cultural e da preservação. O gerúndio utilizado, também é pouco casual, carregando consigo, a noção de continuidade que exige estas atividades.

Esta publicação entende que os signos que compõem os elementos em volta do significado da educação patrimonial são portadores de uma grande intensidade, não mais podendo ser trabalhados no espaço discursivo do “evidente” como já foi feito outrora: “*é preciso preservar...*”, “*a memória de ...*”, “*seu patrimônio é...*”. O diálogo com o leitor, morador da cidade ou não, é uma importante ferramenta para a construção conceitual desta publicação.

Ressalta-se a experiência própria do leitor, no entendimento de que o conceito só pode surgir e prevalecer com sua implicação prática. Assim, a publicação tornou-se um encontro para as trocas entre as práticas já realizadas e conceitos teóricos sugeridos.

Os conceitos de cultura, valor, identidade, memória, história, patrimônio, preservação, educação e turismo são construídos a partir das idéias de autores especialistas nos assuntos.

Numa linguagem mais acessível, *Goiana e Igarassu – Refletindo sobre o patrimônio cultural* trazem esses conteúdos e a vivência da equipe do Programa de Especialização em Patrimônio durante as visitas aos municípios: reuniões, entrevistas, questionários e oficinas do Encontro de Educação Patrimonial, realizados em cada município.

Considerações finais

A experiência da realização do Projeto Educação Patrimonial para os municípios de Goiana e Igarassu, em Pernambuco foi de importância fundamental para a Fundarpe, pois permitiu levar o conceito de Educação Patrimonial para os moradores de Goiana e Igarassu, tendo em vista a valorização das experiências e vivências existentes no cotidiano dos moradores daqueles municípios.

A realização do trabalho, além de permitir o acúmulo de experiências pelo corpo técnico da Fundarpe, contribuiu para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de novas metodologias de trabalho no campo da Educação Patrimonial. Além disso, é importante ressaltar a aproximação estabelecida entre a Fundarpe e os municípios de Goiana e Igarassu, assim como entre estes municípios e o Iphan, o que deve facilitar possíveis intervenções futuras em relação à gestão do patrimônio nessas cidades.

Além disso, é a partir da constatação de que os participantes das oficinas se apropriaram das ideias trabalhadas e que podem revertê-las em ações de valorização e preservação do patrimônio cultural nos respectivos municípios que se percebe o êxito do trabalho realizado, a necessidade de dar continuidade ao mesmo, e ainda de levar a metodologia construída para outros municípios no estado de Pernambuco.

Ressalta-se, dessa forma, a necessidade de elaboração de estratégias de gestão dos bens patrimoniais que desenvolvam de forma contínua o processo de educação patrimonial, assim como se faz necessário o entendimento de que esse trabalho requer coordenação política entre diversos setores da administração pública municipal e entre estas e as esferas estaduais e federais de ação.

Sobretudo, destaca-se a importância que as secretarias de educação e de cultura desempenham nesse processo, uma vez que o ambiente escolar é sobremaneira um espaço privilegiado para os trabalhos em torno da educação patrimonial, visto que a comunidade possui uma relação de vivência diária com esse espaço, fortalecendo as possibilidades de desenvolvimento de atividades que tenham continuidade e não se restrinjam a eventos isolados em meio ao patrimônio cultural.

Para se estabelecer uma relação de afetividade entre a comunidade e o seu patrimônio é preciso que o processo de reconhecimento, respeito e valorização daqueles bens seja um

elemento constante no dia-a-dia da comunidade. Por isso, “a escola e as instituições formais e informais de educação são os principais agentes na tarefa de mudança do olhar sobre os bens culturais e ambientais” (CAMPOS, 2005, p. 169).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE – e a todos os nossos colegas do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP – pela companhia enriquecedora de cada dia.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CAMPOS, G. C. Educação, cultura e patrimônio. In: FARIAS, D. S. E. (Org.). Maracajá: Pré-história e arqueologia. Unisul: Tubarão, SC, 2005. p. 159-178.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*. UFRJ: Brasília: Iphan, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial: construção das políticas internacionais de referência para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Rio de Janeiro: Unesco, EAD/DUO, 2008. Disponível em: <http://www.duo.inf.br>. Curso de educação à distância, EAD.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº 23, p. 15-36, jan/jun 2005.
- HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- HORTA, M. L. P. **Fundamentos da educação patrimonial**. Revista ciências e letras. Porto Alegre; n. 27, jan/jun 2000, p. 25-35.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Monumenta. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br>. Acesso em 14 de julho de 2009.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 14 de julho de 2009.